

DOI: <http://dx.doi.org/10.18316/rcd.v15i36.10839>

## **“PAGO, NÃO NEGO. VIVO QUANDO PUDER”: ENDIVIDAMENTO, PRECARIZAÇÃO DA VIDA DOCENTE E GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL**

*“I PAY, I DON'T DENY. I LIVE WHEN I CAN”: INDEBTEDNESS,  
PREARIOUSNESS OF TEACHING LIFE AND NEOLIBERAL  
GOVERNMENTALITY*

---

**Evandro Sérgio Pacheco Martins**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

E-mail: [evmartins@yahoo.com](mailto:evmartins@yahoo.com)

**Inês Hennigen**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: [ineshennigen@gmail.com](mailto:ineshennigen@gmail.com)

---

### **RESUMO**

Apresentamos alguns resultados de uma pesquisa que teve como objetivo conhecer os efeitos subjetivos do endividamento para professoras estaduais gaúchas. Neste artigo focalizamos análises e discussões quanto à produção do endividamento das professoras e a precarização da sua vida em função da racionalidade neoliberal. A pesquisa, cuja metodologia se compôs entre uma análise de inspiração arqueogenealógica e o processo cartográfico, incluiu entrevistas com oito docentes e análise de matérias de jornais de grande circulação, do sindicato de professoras, charges e reportagens na internet sobre a temática. Aqui analisamos os impactos da governamentalidade neoliberal na condição e cotidiano das professoras considerando as políticas de austeridade conduzida pelos governos estaduais, os efeitos da dívida pública e a concepção do *homo oeconomicus* neoliberal, abordada por Michel Foucault. A lógica neoliberal estrutura a conduta dos sujeitos como empresários de si, com acento na concorrência e responsabilização de indivíduos. Discutimos a questão da dívida como biopolítica, as implicações do endividamento financeiro e moral das docentes e a proletarização da profissão, o que nos levou a ressaltar uma noção de precarização não só correspondente à baixa remuneração recebida pelo magistério, mas da própria vida; nestas circunstâncias, normaliza-se a (mera) sobrevivência e assegura-se o crédito para a “vivência”. Finalizamos discutimos a mutação do dito popular, que abre o título, buscando enlaçar endividamento e precarização da vida, enfoque que pensamos necessita ser mais estudado.

**Palavras-chave:** Professoras; Endividamento; Neoliberalismo; Governamentalidade; Precarização.

### **ABSTRACT**

We present some findings of a research that aimed to know what are the subjective effects of indebtedness for state teachers in Rio Grande do Sul/Brazil. In this article, we focus on analyses and discussions concerning the production of teachers' indebtedness and the precariousness of their lives due to neoliberal rationality. The research work, whose methodology was a composition of an analysis of archeo-genealogical inspiration and the cartographic process, included interviews with eight teachers and analysis of reports from newspapers of large circulation, from the teachers' union, cartoons and reports on the Internet on the theme. Here we analyze the impacts of neoliberal governmentality in the condition and daily life of teachers considering the austerity policies conducted by state governments, the effects of public debt and the concept of neoliberal *homo oeconomicus*, addressed by Michel Foucault. The neoliberal logic structures the conduct of subjects as entrepreneurs of themselves, with emphasis on competition and individual accountability. We discussed the issue of debt as biopolitics, the implications of teachers' financial and moral indebtedness and the proletarianization of the profession, which led us to highlight a notion of precariousness not only corresponding to the low remuneration received by teaching professionals, but of life itself; in these circumstances, (mere) survival is normalized and credit for "life" is assured. We conclude by discussing the mutation of the popular saying that opens the title, in an attempt to link indebtedness and the precarization of life, an approach that we believe requires further study.

**Keywords:** Teachers; Indebtedness; Neoliberalism; Governmentality; Precarization.

## Introdução

Neste artigo apresentamos um recorte dos resultados de uma pesquisa, desenvolvida durante um curso de Mestrado, que abordou os efeitos subjetivos do endividamento de professoras estaduais<sup>1</sup> do Rio Grande do Sul, discutindo sua produção e a precarização da vida das docentes, que discernimos serem perpassadas por questões como endividamento público e políticas salariais perpetradas pelos governos estaduais – em sintonia com a racionalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008), vetores que conduzem ao endividamento da classe do magistério público.

O primeiro autor, que desenvolveu a pesquisa sob a orientação da segunda autora, pertence à classe do magistério estadual gaúcho. Inserido cotidianamente nessa realidade, vinha percebendo que, com a ausência de reposição/valorização salarial, muitas professoras recorriam a certas formas de gerir suas contas/orçamento, como buscar o aumento de renda através da ampliação da carga horária de trabalho no próprio magistério, do trabalho autônomo em áreas distantes do ensino e/ou do comércio informal de produtos. Além disso, constatava que, nas conversas na sala das professoras e em outras áreas de encontros nas escolas, a principal maneira apontada de “administrar” as contas era a busca de crédito e empréstimos junto aos bancos. Mais relevante, o endividamento passara a ser visto como “natural” entre as membras do magistério, bem como uma “saída” para as dificuldades financeiras, ou um recurso de modo a obter dinheiro a ser investido na busca de novas fontes de renda (como adequar o carro às normas exigidas por aplicativos de motoristas, compra de produtos de catálogos para revenda, etc.). Ao mesmo tempo, as reclamações sobre dívidas e como lidar como elas haviam se tornado uma constante no universo do magistério. Tais vivências foram fundamentais para a proposição e realização da pesquisa.

O presente artigo interessa e diz respeito ao campo da educação devido aos problemas que o endividamento traz à categoria do magistério, implicando e impactando em sua situação socioeconômica, que pode tornar-se

---

<sup>1</sup> Optamos por utilizar a designação “professoras”, ao invés de “professores”, devido à maioria do corpo docente do Estado do Rio Grande do Sul ser formado por mulheres.

insuficiente/precária, bem como por, potencialmente, interferir no seu fazer/atuação, afetar saúde mental e física, enfim, minar as próprias condições de vida das educadoras. Ao mesmo tempo, a produção acadêmica sobre o endividamento do magistério é bem pequena, sendo o estudo sobre os efeitos subjetivos do endividamento de professoras praticamente inexistente na academia nacional.

Em função disso, entendemos que se coloca a importância e relevância da pesquisa. Para sua realização e apresentação aqui, inicialmente tomamos em análise e discussão três formas de dívida: a dívida financeira individual/familiar, a dívida pública e a dívida moral.

A dívida financeira individual/familiar é aquela contraída por uma pessoa ou uma família através de empréstimos ou de crédito concedido por pessoa física ou jurídica, com data ou prazos estipulados em comum acordo para o pagamento.

Já a dívida pública remete ao endividamento de municípios, estados ou nações, que realizam empréstimos junto a organizações nacionais ou estrangeiras (investidores, bancos, instituições financeiras) para financiar gastos que não são cobertos pela receita arrecadada com impostos e tributos. A dívida pública desdobra-se em dívida interna (quando o pagamento é realizado em moeda nacional) e externa (quando o pagamento é realizado em moeda estrangeira). A captação de recursos, neste caso, pode ser realizada através da emissão de títulos públicos, que são adquiridos por bancos credenciados (*dealers*) ou pessoas físicas, representando a dívida mobiliária, e de contratos, em geral com bancos e organizações multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, caracterizando as dívidas contratuais.

A concepção de dívida moral tem seu embasamento teórico nas proposições de Friedrich Nietzsche em *Genealogia da Moral* (NIETZSCHE, 1998). Ao analisar essa obra, Andrade (2010) afirma que a dívida moral “é entendida a partir da interiorização do sentimento de dever (*schulden*). É dessa interiorização que se origina a má consciência, como fenômeno tipicamente moral” (p. 289). A partir desta perspectiva, entendemos que a noção de dívida moral não somente refere-se ao âmbito financeiro, mas também ao âmbito familiar, laboral e social. Assim, pensamos que a dívida moral envolveria expectativas não alcançadas em relação às

necessidades ou desejos da vida, que, em uma sociedade atravessada pela cultura do consumo, implica obter crescentes somas de dinheiro; ao mesmo tempo, relacionar-se-ia ao sentimento de impotência diante dos percalços, às escolhas realizadas ou conduzidas onde o ser humano se encontra culpado por não poder cumprir suas promessas, aos prejuízos causados por uma relação credor-devedor com a vida.

Para analisarmos o endividamento das professoras, consideramos importante abordar as contribuições de Maurizio Lazzarato, bem como Michael Hardt e Antonio Negri quanto à figura do homem endividado. Ao discutir tal figura subjetiva, Lazzarato (2015), sob inspiração nietzschiana, afirma que, se no passado as dívidas eram contraídas com a comunidade, com deuses e antepassados, atualmente, o endividamento se dá junto ao “deus” Capital. Neste sentido, Lazzarato (2017b) nomeia “política da dívida” a “modalidade de governamentalidade da sociedade contemporânea em seu conjunto” (LAZZARATO, 2017b), visto que entende ser esse termo o mais exato no que se refere à atual sociedade. O autor afirma que todas as dimensões da vida são marcadas pela dívida, que atinge todas as classes sociais, não se restringindo somente ao âmbito econômico. Mesmo que uma pessoa não tenha uma dívida individual, não possua cartão de crédito, não possua financiamento de uma casa ou um carro e, até mesmo, não possua uma conta bancária, ela é afetada pela dívida, visto que nós todos compartilhamos o endividamento através da dívida pública, que impõe restrições e cortes orçamentários, afetando justamente parcelas mais carenciadas da população e “empobrecendo” outras, como docentes de escolas públicas.

Lazzarato (2012) afirma que a relação credor-devedor é uma relação entre quem dispõe ou não de dinheiro, uma relação organizada em torno da propriedade, quem possui ou não possui – desde os meios de produção aos títulos de propriedade de capital. O autor diz que, no que concerne à política da dívida, não há distinções entre trabalho imaterial ou material, entre assalariados ou não assalariados, pois somos governados a partir da dívida e estamos todos endividados.

Ao tratar da figura subjetiva que nos interessa (o endividado), Negri e Hardt (2014) apontam transformações que vem se processando e consolidando nas últimas décadas, impactando sobremaneira a subjetividade:

A rede de segurança social passou de um sistema de bem-estar social para um de endividamento, pois os empréstimos se tornaram o principal meio de satisfazer as necessidades sociais. Sua subjetividade se configura sobre a base da dívida. Você sobrevive se endividando, e vive sob o peso de sua responsabilidade em relação à dívida. (p. 22).

A dívida passa a controlar os ritmos e escolhas de trabalho: se a pessoa está endividada, ela aceitará qualquer emprego para saldar suas dívidas, não se preocupando com questões como direitos trabalhistas, férias ou precariedade do trabalho. Para Negri e Hardt (2014), a dívida traz consigo um poder moral que, sob o jugo da responsabilidade e da culpa, faz o indivíduo transformá-la em “objeto de obsessão”, forçando-o “a trabalhar arduamente” (p. 23).

A leitura destes referenciais faz perceber a imbricação entre produção subjetiva do endividado e o ritmo de trabalho ditado pela dívida e, assim, compreender o quanto o mundo do magistério está perpassado por esta lógica: conforme citado anteriormente, não são raras as professoras que trabalham cerca de 60 horas semanais com o objetivo de saldar dívidas, visto que a remuneração por 20, 30 ou 40 horas não é suficiente para cobrir seus gastos.

Ao analisarmos os poucos estudos sobre o endividamento de servidores e funcionários públicos, o mais próximo à categoria magistério público que encontramos, percebemos que as pesquisas se caracterizavam por uma ótica individualizante, apresentando o endividado como fruto de má gestão de suas finanças, do desconhecimento da educação financeira e da incapacidade de planejamento financeiro (ALVES, 2016; FLORES, VIEIRA, CORONEL, 2013; GUIMARÃES, GONÇALVES, MIRANDA, 2015; PEIXOTO, 2018).

Interessados em não adotar uma perspectiva afeita à individualização de quem está endividado, na dissertação procuramos entender os efeitos subjetivos que o endividamento gerava na categoria do magistério público estadual, visando compreender condições e conseqüências decorrentes do endividamento: implicações das políticas salariais (e, incidentalmente, lutas travadas pela categoria neste âmbito), processos e condições que permitiram e/ou impulsionaram o endividamento do magistério gaúcho, e os impactos do endividamento percebidos pelas docentes nas esferas socioeconômicas, laborais e psicológicas.

Cabe explicitar que a compreensão que viemos expondo até aqui – mais complexa e atenta aos diferentes vetores que produzem o endividamento enquanto uma política de gestão da vida e a figura subjetiva do endividado – foi sendo forjada de modo processual. Assim, a própria questão foi se ressignificando à medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida. Em termos metodológicos, trabalhamos com uma composição entre a análise de inspiração arqueogenealógica e o processo cartográfico. A partir do trabalho de Foucault (1999, 2014), é possível entender que a perspectiva arqueogenealógica caracteriza-se pela análise da discursividade local e das condições que permitiram a emergência de saberes dessujeitados. Por outro lado, a cartografia, segundo Zambenedetti e Silva (2011), é um dos princípios do rizoma, que se ramifica em diferentes direções, crescendo de acordo com as múltiplas conexões de saberes que se realizam, caracterizando-se por uma rede não hierárquica do conhecimento.

Em um primeiro momento, buscar efeitos subjetivos do endividamento parecia dizer respeito (basicamente) às vivências das docentes. Então, inicialmente, foram realizadas entrevistas abertas, gravadas em áudio, guiadas por um roteiro com questões norteadoras, de modo a captar as vivências, memórias e percepções das professoras sobre o endividamento e as condições produtoras e produzidas da sua natureza subjetiva como endividada, com a participação de oito docentes do ensino fundamental – séries finais – e do ensino médio de escolas estaduais de Porto Alegre<sup>2</sup>. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unidade de Ensino a que estávamos vinculados, bem como suas participantes concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Em seguida, ao entendermos que as entrevistas seriam insuficientes para compreendermos os efeitos subjetivos do endividamento, em função da necessidade de abordar os modos e vetores a partir dos quais esses são forjados, buscamos reunir e analisar outras materialidades. Assim, procuramos matérias de jornais de grande circulação, jornais do sindicato de professoras, charges e reportagens na internet sobre a temática que permitiriam conhecer a emergência das condições que possibilitaram o endividamento, utilizando arcabouços conceituais elaborados por

---

<sup>2</sup> Para manter o sigilo, os nomes das participantes não serão citados, essas sendo identificadas por letras.

Michel Foucault (1999; 2008), como governamentalidade e biopolítica. Neste movimento, além de complexificar a noção de endividamento a partir da concepção nietzschiana e seus desdobramentos atuais, ao agregarmos discussões quanto à racionalidade neoliberal, à financeirização da sociedade e à dívida pública, emergiram questões que trouxeram características rizomáticas para o estudo. Isto levou a uma nova rede de conexões, compreensões e produção de dados sobre o endividamento das professoras, permitindo a abertura de diferentes possibilidades a partir de um processo cartográfico de pesquisa/escrita. Essa composição de territórios macros e micros que se desenvolveram ao longo do processo de pesquisa e no decurso das análises das materialidades e entrevistas, acabaram por ressignificar o que se entendia inicialmente como endividamento, possibilitando uma compreensão mais complexa e politicamente crítica desta problemática.

A partir dessa pesquisa maior, neste artigo focalizamos algumas análises e discussões realizadas quanto à produção do endividamento das professoras e a precarização da vida docente em função da racionalidade neoliberal.

## **Resultados e discussões**

Para analisar a constituição atual da situação de endividamento do magistério gaúcho, foi necessário compreender as condições de emergência que se articularam para a composição atual do magistério e, correlativamente, da estrutura educacional. Nesse sentido, constatamos que a governamentalidade neoliberal vem impactando diretamente no cotidiano das professoras com arrocho salarial, condições de trabalho cada vez mais precárias e desmonte da escola pública. Mas como a governamentalidade neoliberal se mostra um vetor e cria condições para a emergência e sustentação da situação econômica atual do magistério?

De acordo com Foucault (2008), se à época do liberalismo o princípio do mercado era definido pela troca, no neoliberalismo tal princípio será definido pela concorrência. Conforme o autor, na perspectiva da racionalidade neoliberal, é necessário governar-se para o mercado, em vez de governar por causa do mercado. A economia de mercado se torna o indexador que regrará todas as ações governamentais. “O essencial do mercado é a concorrência, isto é, que não é a



equivalência, mas a desigualdade” (p. 161). O autor também reitera que, para os liberais e neoliberais, uma política que tivesse por objetivo a igualdade seria uma política antieconômica.

Foucault (2008) pontua que, no neoliberalismo, a concorrência perpassa, também, as relações políticas e sociais. A competitividade estende-se ao ser humano e às suas relações sociais, tornando-o um sujeito empreendedor de si e conduzindo-o a ser um indivíduo competitivo. O *homo oeconomicus*, originalmente proposto como um homem das trocas por Adam Smith, passa a ser um empresário, e um empresário de si mesmo. Ele é o seu próprio capital, seu produtor e sua fonte de renda. Neste sentido, a noção de capital humano relaciona-se à capacidade que o indivíduo tem e/ou desenvolve, através de suas habilidades, conhecimentos e competências, de produzir a sua própria renda. O salário, que na concepção marxista era o valor da força de trabalho, passa a ser, na concepção do *homo oeconomicus* neoliberal, conforme Foucault (2008), a renda atribuída a determinado capital no qual o indivíduo humano é o seu portador. A governamentalidade neoliberal fará com que o *homo oeconomicus* invista em si continuamente, pois ele deve ser capaz, cada vez mais, de produzir sua renda e tornar-se um capital humano com maior valor. Segundo Carvalho (2020), a marca do capital humano é “o sujeito fazendo de sua subjetividade a matéria prima de seu autoempreendedorismo” (p. 940).

É necessário para a expansão do neoliberalismo que, ao mesmo tempo em que o Estado de bem estar social se torne mínimo, não interferindo nos interesses do mercado, haja um Estado que promova um amparo legal e governamental para que se crie e perpetue a concorrência como elemento fundamental da economia, bem como se desenvolvam condutas e mentalidades em uma determinada direção oposta ao bem-estar social. Essas condutas devem abarcar não somente os setores econômicos, mas todo o conjunto da sociedade.

Conforme Lazzarato (2017a), entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, efetiva-se uma mudança estratégica decisiva no neoliberalismo, através de um processo que privilegia a renda financeira em detrimento do lucro decorrente da produção, transformando a relação de capital-trabalho para a relação credor-devedor como centro da vida social, política e econômica. No capitalismo neoliberal financeirizado, a dívida se constitui uma ferramenta de captura e concentração da

riqueza social, constituindo uma maioria de devedores e uma mínima parcela de credores.

O endividamento público é anterior à chamada financeirização, mas, como assinalam Lavinias, Araújo e Bruno (2017), passou a ser uma fonte inesgotável de ganhos financeiros, sendo a “suposta falência” dos Estados um enunciado recorrente quando se quer impor políticas de austeridade. Por isso, se faz necessário discutir a dívida pública gaúcha.

O discurso de austeridade dos recentes governos estaduais do Rio Grande do Sul, que traz a dívida pública como elemento restritivo para aplicação de recursos na área social, bem como a lógica de que “o que é público não funciona bem”, sendo necessária a sua privatização, são reflexos da governamentalidade neoliberal, que entende o Estado como uma empresa. Para que a empresa funcione, ajustes fiscais e tributários são realizados, resultando em medidas como o aumento de impostos, o corte de gastos públicos, o parcelamento/atraso do pagamento do salário do funcionalismo e privatização de empresas públicas.

As políticas de austeridade, ancoradas na racionalidade neoliberal, culminaram na reforma da Previdência estadual, em dezembro de 2019 e na aprovação do novo Plano de Carreira do Magistério em janeiro de 2020, que combinou as vantagens temporais e gratificações em um subsídio único. Essa mudança, propagada pelo governo estadual como uma melhora para a condição do magistério, não representou em um aumento salarial real às professoras.

É pertinente nesse momento trazeremos como a situação reverbera no cotidiano das professoras, bem como nas lutas sindicais. Ao falar da questão do parcelamento salarial, a professora C afirma que “depois de mais ou menos uns seis meses que o governador começou o parcelamento salarial, eu já não consegui mais manter as contas”. Importante ressaltar que a racionalidade neoliberal, em geral, não é problematizada, tanto pelas professoras quanto pelo movimento sindical, personificando no indivíduo político as questões impostas por uma governamentalidade a que todos estamos sujeitados, que se apresenta de forma aberta em governo conservadores e de forma discreta em governos progressistas. O governador é, ao mesmo tempo, personagem, engrenagem e consequência dessa lógica neoliberal. Tal personificação também pode ser tomada como resultante da

produção de subjetividades na governamentalidade neoliberal: o governador também é um *homo oeconomicus* que deve fazer com que seu capital humano tenha valor, sendo a eleição ou reeleição vista como sucesso do investimento em si mesmo.

Se se toma como verdade a concepção do *homo oeconomicus* neoliberal discutida por Foucault (2008), a professora que não recebeu o salário e está endividada seria a responsável pela sua própria condição, visto que não “empregou” ou “administrou” seu capital humano de acordo com o mercado; logo, ela teria que dar conta da produção de seu capital. É possível dizer que, subjetivadas pelo incitamento à “concorrência empreendedora” produzida pela racionalidade neoliberal, as docentes entrevistadas criaram estratégias de sobrevivência como forma de “contornar” a situação, como investir em cursos de pós-graduação e trabalhar em outros setores concomitantemente ao trabalho do magistério.

Em relação à remuneração paga às professoras estaduais do RS, podemos afirmar que o vencimento recebido pelo magistério é bastante inferior ao de outras categorias com curso superior, como profissionais da saúde, da administração pública, do direito ou da segurança. Também podemos inferir que o arrocho salarial presente desde 2014 faz com que exista um empobrecimento real com a perda do poder aquisitivo e a falta de perspectiva de reposição salarial, como relata o professor G<sup>3</sup>: “as coisas aumentam de preço no mercado e tudo mais, e o nosso salário continua ali”.

A partir das falas das professoras, compreendemos que a questão do endividamento precisa ser discutida considerando-se a noção de precarização, não só correspondente à baixa remuneração, mas da própria vida, que se mostra precarizada, como afirma a professora B: “não só o salário que é baixo, mas toda a nossa rotina que é bastante puxada”. A maioria das participantes da pesquisa colocou que almejava, através de uma formação em ensino superior, uma melhoria de vida. Porém, acabaram por deparar-se com condições extenuantes em um ambiente que as proletariza, recebendo vencimentos que não permitem uma situação financeira digna, pauperizando a profissional de ensino. As materialidades essenciais à vida (alimentação, saúde, habitação, transporte, cultura, lazer) não são

---

<sup>3</sup> Único homem a participar da pesquisa.

contempladas através do orçamento familiar ordinário, sendo necessário recorrer ao crédito como forma de sobrevivência.

Já existe literatura sobre trabalho docente e precarização, mas, no que tivemos acesso, não é abordada a questão do endividamento financeiro e moral das professoras. No aspecto financeiro, as docentes convivem com um arrocho salarial que, frente aos índices de inflação entre 2014 e 2020, representa uma perda significativa no poder aquisitivo nestes seis anos, o que acaba por lhes conduzir ao crédito e ao consequente endividamento. Ao mesmo tempo, entendemos que certo endividamento moral se apresenta através da preocupação se o deficitário orçamento familiar dará conta das suas necessidades, bem como a dos seus filhos, conforme afirma a professora E: “tu trabalhou, tu estuda um monte e tu não consegues dar um presente pra tua filha, né. Então, é complexo isso, né?!”. Para Frade e Magalhães (2006), o sentimento de culpa e vergonha em relação aos filhos é muito forte para o endividado. Lazzarato (2011) afirma que, dentre todos os efeitos de poder da moeda sobre a subjetividade, os mais importantes são exercidos pela dívida, pois o “[...] sistema da dívida (...) faz circular ao mesmo tempo a culpabilidade e a responsabilidade por entre os governados” (p. 46).

Ao tratar da precarização do trabalho docente, Oliveira (2015) destaca que esta se expressa por condições de trabalho materialmente e legalmente orquestradas e impostas, e pelos seus resultados nos sujeitos, na escola e no contexto educacional. A autora coloca que, do ponto de vista da materialidade, a precarização se apresenta no tripé salários-jornadas-contratos: baixos vencimentos; jornadas extensas que, por vezes, são realizadas em mais de uma escola (e que, posteriormente, se estendem ao ambiente privado da professora); e contratos de trabalho emergenciais, compreendendo menos direitos às professoras contratadas em comparação com as professoras efetivas, porém realizando a mesma espécie de trabalho.

Carvalho (2016), sob inspiração das propostas de Luciano Gallino, aponta que a precarização do trabalho ocorre através de uma reorganização que promove a diminuição do valor do tempo trabalhado, o emprego reduzido de trabalhadores para dar conta do estritamente necessário em relação à demanda e redução dos direitos de ordem trabalhista. Como consequência dessa precarização, o autor

coloca que ressurge a figura do trabalhador pobre, que exerce o trabalho sob condições precárias em troca de uma baixa remuneração, acarretando em um triplo empobrecimento, classificado como nominal, real e relativo:

Nominal, porque o salário que recebe é nominalmente muito inferior ao salário médio do local que habita; real, em função da diminuição de seu poder de compra; relativo, porque aumenta a diferença entre o valor que produz e a remuneração que recebe. (CARVALHO, 2016, p. 79).

Conforme Soler (2016), a racionalidade neoliberal e a financeirização da sociedade acabam por constituir os elementos de uma busca incessante não somente pela manutenção do emprego, “mas pelo aceleração das precárias condições de trabalho através da procura por modos alternativos de se complementar a renda familiar” (p. 8). A assimilação do jargão neoliberal que “é preciso se reinventar” para sobreviver à concorrência do mercado é representativa na fala da professora H: “vendo bijuterias, produtos alimentícios como nozes e castanhas e pinto telas. Fui obrigada a me reinventar em inúmeras coisas.” A necessidade de ampliação da remuneração, que se mostra cronicamente insuficiente, faz com que professoras realizem três turnos de trabalho em diferentes localidades (60 horas semanais), bem como em outras atividades referentes ao magistério (aulas particulares, revisão de textos acadêmicos, auxílio pedagógico para a educação infantil, aulas em academias) e exerçam atividades desvinculadas à docência (vendas de cosméticos e roupas, motoristas de aplicativos, trabalho no comércio aos finais de semana, entre outros). Como essas formas alternativas de complemento à renda, em geral, são informais e dependem da variabilidade de demanda do mercado, acabam por tornarem-se sazonais ou de curta duração. Diante dessa perspectiva, busca-se o crédito e o endividamento como forma de “complemento” à renda familiar, o que se revela uma armadilha, pois além de não ser um complemento, faz com que a devedora fique atrelada aos desígnios do capital e das resoluções neoliberais, pois precisa dar conta de suas obrigações com o mercado financeiro.

O endividamento é sustentado por uma série de outros mecanismos da racionalidade neoliberal, como as políticas de austeridade, que se utiliza de estratégias como o arrocho salarial, o parcelamento/atraso de salários e a

manutenção de uma estrutura que não permite que o serviço público consiga alcançar seus objetivos, tanto para a população quanto para os servidores, sob a justificativa de uma dívida pública impagável, produzindo a sensação de uma vida precária, uma vida em que não se vive: sobrevive. A fala da professora B apresenta o magistério reduzido a uma profissão de sobrevivência: “a minha condição é que eu não posso consumir, né, além da comida e da passagem”. A dívida torna-se um elemento necessário e ambivalente: ao mesmo tempo em que tomá-la traz a sensação de alívio momentâneo, seu pagamento torna-se penoso e impeditivo do consumo. A vida passa a girar em torno da dívida e dos modos que ela passa a constituir.

Segundo o artigo 7º, inciso IV da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. Quando a professora B afirma que sua remuneração permite somente o acesso ao básico, resumindo-o em alimentação e transporte para o trabalho, se apresenta o marcador da precarização da vida: o fruto do trabalho resume-se à condição para que se continue a trabalhar e se alimentar, nada além. Ao se referir ao que o trabalhador teria direito, traz a ideia de uma vida miserável, onde a redução do poder aquisitivo do trabalhador impede-o de assumir condições básicas explicitadas pela Constituição Federal: moradia, saúde, lazer, vestuário.

Existe o desejo das docentes de usufruírem elementos de arte, lazer e cultura, como um livro, um filme ou um espetáculo, mas esse desejo torna-se inviável, pois não há como consumir além do básico. O suporte de trabalho do magistério, representado por livros, cursos, artes e outros produtos culturais, é alijado das docentes, conforme afirma a professora E: “se a gente for pensar que lazer, cultura, livros, tudo isso é importante para um professor, a gente não tem condições de bancar esse tipo de coisa”. Como ensinar algo que vem perpassado por um caráter artístico-sócio-cultural sem poder acessá-lo? Exige-se da professora a atualização

permanente de seus conhecimentos e dos conteúdos curriculares, mas como fazê-lo sem ter acesso a livros ou cursos de aperfeiçoamento?

A Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu artigo 22, afirma que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Isto indica que, durante o ensino fundamental e médio, o aluno deve receber a base para formação do conhecimento científico, cultural, ético e sócio-político. Surge um paradoxo na educação: a profissional que leciona na educação básica, que deveria assegurar a formação indispensável ao educando, de forma que esse educando possa realizar a aprendizagem necessária ao seu desenvolvimento integral, não possui condições de acessar os insumos educacionais e culturais necessários para que possa dar continuidade ao seu aperfeiçoamento constante; ao mesmo tempo, o Estado, na figura das escolas, não promove cursos, tampouco fornece tais insumos que trariam um aperfeiçoamento real às docentes. A lógica neoliberal, que estrutura a conduta dos sujeitos como empresários de si, ao mesmo tempo em que promove a concorrência permanente de indivíduos dentro de um mercado de trabalho, que teria sua base em uma formação educacional e constante aperfeiçoamento, perpetua as desigualdades que alimentam a concorrência. O empresário de si deve dar conta de tudo, inclusive daquilo que lhe foge ao alcance, o que lhe endivida moralmente, pois “fica devendo” enquanto profissional, submetendo-se a salários menores, mesmo tendo um curso superior. Conforme Sampaio (2019), “a sociedade é concebida como esse conjunto atomizado de indivíduos, que tal qual empresas em um mercado, devem concorrer perpetuamente entre si”, onde a tarefa do governo é incentivar a concorrência.

Apesar do endividamento e do crédito não serem novidades na vida das professoras, nas entrevistas um elemento surge como diferente das situações anteriormente vividas: a dívida que não pode deixar de ser paga (pois, muitas vezes, já é descontada no contracheque) e que não está dentro de sua realidade, conforme afirma a professora A: “hoje, [a dívida] parece que foge das mãos da gente (...) a gente não consegue mais nem controlar o pouco que a gente tem.” A maioria das professoras contrata empréstimos consignados, que inicialmente parecem

atrativos, visto que as parcelas são deduzidas diretamente da remuneração da trabalhadora, podendo ser estendida em até 120 parcelas, não ultrapassando 30% da remuneração. Porém, com um arrocho salarial que predomina desde 2014, a parcela, que antes parecia atrativa, torna-se um fardo para a professora, visto que a inflação aumenta gradativamente, mas seu salário permanece estagnado por anos, o que faz com que ocorra perda do poder aquisitivo; sendo assim, os 70% restantes da remuneração que estão fora do alcance do empréstimo consignado não conseguem cobrir as despesas que cobriam anteriormente. A perda do poder de pagamento da dívida e a visão de uma dívida que foge ao seu controle trazem consigo a perda da condução da própria vida. A saída torna-se renegociar, parcelar as dívidas e ir “pagando devagarinho”, pois “não há outra alternativa”, como salientam as professoras. Apresenta-se o sentimento de resignação e impotência diante do endividamento, onde não há o que fazer. A dívida que, quando contratada, parecia ser finita, a partir de sua negociação, torna-se a “bola de neve”, assumindo um caráter de indefinição quanto ao seu fim. A devedora que, aparentemente, controlava sua dívida, passa a ser controlada por ela, dando uma apertada no cinto e diminuindo o que considera “regalias da vida”. Ao se renegociar a dívida, estende-se o prazo de pagamento, pagando-se mais do que o valor contratado anteriormente, transformando-se num jogo de “perde-se muito a curto prazo” ou “perde-se muito mais a longo prazo”, sem alternativa à pessoa que está endividada.

A dívida como biopolítica, através de seus extensos mecanismos de captura e suas formas de exercício, facilita, otimiza e maximiza a dependência financeira, conduzindo o endividado a uma eterna roda-viva. Conforme Vale (2016), a dívida possui uma força subjetiva que modela, organiza, condiciona a capacidade para criarmos a nossa subjetividade.

O endividamento individual reproduz uma lógica de mercado: se empobrece o trabalhador, porém de modo que ele continue a adquirir o restrito e fique atrelado ao trabalho (a estabilidade do funcionalismo permite que o sujeito não integre a classe de desempregados e deixe de consumir), o que possibilita a sobrevivência, de maneira que o consumo de bens considerado “luxos”, como lazer e cultura, sejam permitidos através da produção de uma dívida (empréstimo, cartões de crédito, prestações), conforme afirma a professora F: “passeios, viagens, só com empréstimo.



Ou financiando assim, parcelando em várias vezes, que é o que a gente normalmente faz né. Quando quer fazer alguma viagem, alguma coisa, parcela em doze”.

A dívida (e o parcelamento da dívida) para o lazer é naturalizada, pois é algo que foge ao campo do restrito da vida cotidiana. Nesse paradoxo, restringem-se as condições cotidianas devido às limitações financeiras causadas pelo endividamento e, ao mesmo tempo, permite-se algumas condições, como lazer e cultura, através do endividamento. A disponibilidade do dinheiro através do crédito assegura aquilo que, incentivado pela publicidade excessiva e agregado ao imaginário popular, se caracterizaria como “viver a vida”, mesmo que este decorra em juros altos e restrições no futuro.

Soler (2016) afirma que a obrigação do endividado em honrar seus compromissos faz com que um número crescente de sujeitos abra mão de um envolvimento com a ética, política e cidadania devido ao controle de desejos e afecções pelo dispositivo do endividamento, acabando por inibir as potências criativas por parte do sujeito. A frase “Não vou entrar em greve, pois tenho contas a pagar”, ouvida pelo primeiro autor em sua escola em períodos de greve, é representativa dessa modulação da subjetividade em torno da dívida. Muitas professoras decidem não aderir aos movimentos sindicais de greve ou paralisação com medo de corte do ponto e, conseqüentemente, redução ou não pagamento do salário ao final do mês, uma vez que se encontram endividadas. Há também o caso de professoras contratadas que temem o rompimento de seus contratos de trabalho e o conseqüente desemprego. O corte de salários, bem como a ameaça de demissão, são estratégias utilizadas pelos governos de forma a conduzir e modular o magistério a aceitar as reformas trabalhistas e previdenciárias sem protestar.

Para Lazzarato (2011), a pobreza é inteiramente criada no interior de uma sociedade objetivamente rica através de dispositivos de segmentação, de divisão, de diferenciação. O sujeito endividado é rotulado como culpado pela dívida, como aquele que não sabe como gerir suas despesas, que sobrevive porque sua empresa de si não gera “dividendos do viver”. Segundo Lazzarato (2011, p. 50):

A lógica neoliberal não quer nem a redução, nem a extinção das desigualdades porque, de fato, é com elas que joga e a partir delas governa. Ela apenas tenta estabelecer um equilíbrio tolerável, um equilíbrio suportável pela sociedade

entre normalidades diferentes: entre a normalidade da pobreza, da precariedade, e a normalidade da riqueza.

Pelbart (2013), retomando as ideias de Giorgio Agamben, afirma que “o biopoder contemporâneo já não se incumbe de fazer viver, nem de fazer morrer, mas de fazer sobreviver” (p. 26). Normaliza-se a sobrevivência e assegura-se o crédito para a “vivência”. O crédito passa a fazer parte do orçamento ordinário familiar, seja sob a forma do cartão de crédito, cheque especial ou crédito consignado. Acaba-se por naturalizar o empréstimo/crédito como a saída mais comum para que se tenha o acesso a melhores condições. Apesar dessa naturalização, o alívio momentâneo proporcionado pela tomada de crédito transforma-se em um longo e penoso processo de pagamento da dívida, afetando a saúde mental das docentes, conforme afirma a professora B: “eu ficava pensando nas dívidas. E isso dá angústia, né (...) você acaba se destruindo, destruindo teu sono, aí eu não durmo”.

O crédito, como “complemento salarial”, diante de uma série de outros endividamentos, e a falta de compreensão do quanto se deve ao sistema financeiro, gera uma desorganização econômica pessoal, conforme relata a professora D: “então, hoje se tu perguntar quanto é o meu salário, eu não sei. Não sei.”. A governamentalidade, através de suas ações pautadas na lógica neoliberal, produz indivíduos que tentam se adaptar à lógica de mercado, mas não conseguem compreendê-la.

O sujeito não é tomado somente pela dívida individual, mas, também, pela dívida pública, que se torna justificativa para que o Estado implante políticas de austeridade com sociedade e, principalmente, com o funcionalismo público. De acordo com Soler (2016, p. 6), “crise, endividamento, juros passam a ser palavras que circulam não pelo imaginário, mas pelo cotidiano das práticas sociais”. A governamentalidade neoliberal impõe condutas e governa mentalidades em uma determinada direção que, oposta ao bem-estar social, torna precários serviços públicos como educação, saúde, previdência social e privatiza empresas públicas. A sociedade é organizada sob a forma de uma empresa, através de uma autorregulação do mercado, onde a concorrência infinita individual se impõe acima do interesse coletivo. Conforme Hennigen (2019, p. 3961)

E assim, chega-se à torção ou atualização no princípio biopolítico na sociedade da dívida: se você puder pagar, você vive; se não, pode morrer. Nessa, a posição subjetiva endividado atravessa todas as outras: o cidadão-consumidor endividado deve gastar o máximo possível para manter ou alavancar o crescimento econômico do seu país; já o trabalhador-empresário de si endividado deve engajar-se em uma formação “infinita”, deve aceitar salários mais baixos e/ou trabalho precário/temporário para reduzir o “custo-trabalho” e/ou deve criar oportunidades de negócios para gerar renda; os usuários de serviços sociais endividados devem esforçar-se mais para deixar de sê-lo, sair da condição de “peso” para o Estado e para a economia.

Portanto, a partir de múltiplas relações, o indivíduo é levado a se pensar como um pequeno empresário, assumindo como tal o risco de sua atividade, sendo responsável pelo que é conduzido a fazer, transmutando a vida em ganhos e perdas, lucros e prejuízos, em uma concorrência permanente. A lógica do sobreviver, ao invés do viver, constitui os relatos, demonstrando o empobrecimento da categoria e a precarização da vida. Em função do que escutamos, analisamos e pudemos compreender, em um dado momento nos ocorreu que o antigo dito popular “Devo, não nego. Pago quando puder” poderia hoje ser transmutado para uma nova configuração: “Pago, não nego. Vivo quando puder”.

### **Considerações finais**

A pesquisa permitiu perceber que o fenômeno do endividamento das professoras não era decorrente somente do parcelamento e atraso dos vencimentos ou do arrocho salarial que atingiam a categoria. Tais “estratégias políticas de gestão”, que atravessam diferentes mandatos no estado do Rio Grande do Sul (e outros), são frutos de uma governamentalidade neoliberal que conduziu a uma financeirização da sociedade, que no Brasil teve seu princípio na década de 1990, ganhando propagação e maior implantação nas décadas de 2000 e 2010, mesmo durante governos de características progressistas. Nesse sentido, o neoliberalismo não deve ser compreendido somente como uma lógica a incidir no campo econômico, mas como um modo vida, se inscrevendo em todos os âmbitos da sociedade.

O indivíduo, no caso a professora, é direcionado a ser um capital humano, investindo em si e fazendo da sua subjetividade a matéria-prima para a sua “empresa de

si mesmo”, através de suas habilidades, conhecimentos e competências, pois assim é conduzido como um sujeito empreendedor de si e indivíduo competitivo.

A facilidade de acesso ao crédito permitiu que o *homo oeconomicus*, antes homem das trocas, se tornasse o *homo oeconomicus* neoliberal, subjetivado na condição de endividado, visto que a dívida torna-se parte de seu cotidiano e de suas relações, seja através da dívida pessoal contraída e das movimentações de crédito, seja através da dívida pública, que o faz devedor “desde o nascimento”. A dívida pública reflete em políticas de austeridade que perpetuam as desigualdades através da má distribuição de renda e de uma vida pautada na relação credor-devedor. Assim, a governamentalidade neoliberal impõe condutas e governa mentalidades em uma direção oposta ao bem-estar social, tornando precários serviços públicos como educação, saúde, previdência social e privatiza empresas públicas.

Diante disso, apresenta-se uma classe do magistério que se encontra em uma vida precarizada, recorrendo ao crédito como forma de sobrevivência. O endividamento, aliado ao arrocho salarial e à desvalorização da profissão, também leva ao adoecimento da docente, como colocado anteriormente por uma das professoras que refere perder o sono só pensando em suas dívidas, trazendo a dimensão de uma crise material para as professoras, que trabalham muitas horas e não consegue dar conta de uma independência financeira, o que acarreta em desencantamento com a profissão, sofrimento psíquico e adoecimento físico.

A dívida pública, que é, dentre vários, um dos mecanismos que impulsionam hoje a financeirização, traz consequências tanto para as professoras quanto para a sociedade. As medidas de austeridade aplicada ao magistério estadual em função de uma dívida que, aparentemente, parece impagável, trazem consequências diretas para as docentes em sua remuneração, precarizando a profissão, bem como atinge a educação e sua dinâmica, através da insuficiência de investimentos na rede escolar.

Nessa condição, a configuração “*Pago, não nego. Vivo quando puder*” se apresenta de forma indireta: o magistério e a sociedade pagam uma dívida que não contraíram diretamente, sofrem as consequências desse pagamento, mas não vislumbram o fim desse processo. Esse endividamento permanente afeta o magistério público estadual, resultando em arrocho salarial e baixa remuneração, bem como a sociedade gaúcha, através do sucateamento da máquina pública, da redução da presença do Estado

nas áreas essenciais para a população, e da privatização de empresas e serviços públicos com o objetivo de sanar a impagável dívida pública do Estado. Concomitantemente, a proletarização das docentes se intensifica em decorrência da racionalidade neoliberal, onde a luta pela manutenção do emprego e das condições de sobrevivência ainda existentes se reflete em processos de esgotamento físico e mental, decorrentes da sobrecarga de trabalho e da falta de valorização social e financeira. A condição das professoras, que não possuem um patamar salarial adequado e compatível com sua formação superior, produz a sensação de uma vida precária, onde é necessário buscar a sobrevivência material e viver quando (e se) puder.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Hélio Heron da Silveira. **O endividamento do servidor público no Brasil: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ANDRADE, Vinicius A. G. F. Dos tipos fundamentais de dívida (schuld) para uma genealogia da moral. **Cadernos da Graduação**, Campinas, Unicamp, n. 8, p. 285-292, 2010.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, nº 9394, de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Foucault e o neoliberalismo de subjetividades precárias: incidências na escola pública brasileira. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 935-956, 2020.

CARVALHO, João Mauro Gomes Vieira de. Da financeirização da economia à precarização do trabalho: considerações a partir da obra tardia de Luciano Gallino. **Perspectivas**, São Paulo, v. 48, p. 69-86, jul./dez. 2016.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração FACES Journal**. Belo Horizonte: Universidade FUMEC, v. 12, n. 2, p. 13-35, abr./jun. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRADE, C.; MAGALHÃES, S. Sobreendividamento: a outra face do crédito. In: MARQUES C. L.; CAVALLAZZI, A. L. (Orgs.). **Direitos do consumidor endividado**. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2006, p. 23-43.

GUIMARÃES, Sinara; GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; MIRANDA, Ingrid de Andrade. Propensão ao risco de endividamento excessivo dos servidores federais: um estudo na Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, São Gotardo, CESG, p. 24-49, jul./dez. 2015.

HENNIGEN, Inês. Endividado, devo: Governo da vida pelas finanças. **Fórum linguístico**, Florianópolis, UFSC, v. 16, n. 3, p. 3953-3965, 2019.

LAVINAS, Lena; ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel. “**Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória**”. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2017. (Texto para Discussão / IE-UFRJ; n. 32).

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades** - crítica da insegurança neoliberal. São Carlos, EDUFSCAR, 2011.

LAZARATTO, Maurizio. A era do homem endividado. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Crise Econômica e Social, ed. 55, 6 fev. 2012.

LAZARATTO, Maurizio. **Governing by debt**. South Pasadena: Semiotext(e), 2015.  
LAZARATTO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: M-1 Edições, 2017a.

LAZARATTO, Maurizio. A política da dívida é a “verdadeira” biopolítica. [Entrevista concedida a Ricardo Machado]. **Revista IHU Online**, notícias, entrevistas, 12 de outubro de 2017b. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/572574-a-politica-de-guerra-da-divida-entrevista-especial-com-maurizio-lazzarato>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

NEGRI, Antônio; HARTDT, Michael. **Declaração** – Isto não é um manifesto. São Paulo: n-1 edições, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral. Uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Mariana Esteves. As consequências humanas da precarização do trabalho na SEE-SP: sofrimento docente e resistência. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, UFMS, v. 5, n. 9, p. 84-104, jul./dez. 2015.

PELBART, Peter Pál. **O avesso do nihilismo: cartografias do esgotamento**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

PEIXOTO, Carolina Oliveira. **Planejamento financeiro pessoal frente ao parcelamento de salários**: um estudo com os funcionários públicos do estado do Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SAMPAIO, Pedro Ivan Moreira. Indivíduo: começo, meio e fim do neoliberalismo. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício. (Org.). **Neoliberalismo, feminismos e**

**contracondutas:** perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 65-89?.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. O que é uma ontologia do endividamento? Biopolítica e financeirização da vida. **Clínica & Cultura**. São Cristóvão, UFS, v. 2, n. 1, p. 3-10, jul./dez. 2016.

VALE, Hugo de Melo Velho do. **Para uma antropologia política da dívida: entre a biopolítica e a sociedade de controlo**. Tese (Mestrado em Filosofia) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2016.

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 454-463, dez. 2011.